

O historiador vai ao arquivo no mundo de oligarcas e fascistas

*The Historian Goes to the Archive in the
World of Oligarchs and Fascists*

Marco Antonio Silveira | mantoniosilveira@yahoo.com.br

Professor associado do Departamento de História
da Universidade Federal de Ouro Preto

Resumo Este artigo tem por objetivo reconstituir aspectos da relação entre historiadores e arquivistas, inserindo-a, de maneira ensaísta, no contexto de mudanças sofridas pela sociedade brasileira desde a instauração da Nova República até os dias atuais, nos quais se assiste ao conflito travado por oligarcas e fascistas pela obtenção de hegemonia política e institucional.

Palavras-chave história; arquivo; oligarquia; fascismo

Abstract This paper aims to refer some aspects about the relationship between historians and archivists inserting it, in an essayistic way, in the context of changes happened in Brazilian society since the establishment of the New Republic to the present days, in which one witnesses conflicts involving oligarchs and fascists for obtaining political and institutional hegemony.

Keywords history; archive; oligarchy; fascism

Lembro-me da primeira vez em que pisei num arquivo com o objetivo de realizar pesquisa. Foi na passagem para a década de 1990. Já havia estado por várias vezes diante do belo e grande sobrado localizado na rua do Pilar, em Ouro Preto, esticando e pescoço o procurando descobrir se alguma sombra lançaria sobre mim um mau-olhado. O Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, onde, ao fim e ao cabo, eu passaria alguns dos dias mais felizes e instigantes de minha vida, me causava medo – na verdade, muito medo. Havia feito uma graduação que, naquela época, não nos preparava para lidar com a paleografia. Durante meses pensei na possibilidade de ver meu mestrado ir por água abaixo por não saber ler garranchos escritos à mão no século XVIII. Minha iniciação científica, financiada pela Fapesp, havia sido bem-sucedida, mas ancorada em documentação impressa e em bastante especulação teórica. Pairava no ar uma frase que escutara de minha orientadora: “Está muito bom, mas você precisa ir para o arquivo”. Em outra ocasião, escutei algo pavoroso: “Podemos mudar seu objeto de estudo, talvez documento não seja o seu forte”. Foi com essas palavras na cabeça e no coração palpitante que bati à porta da Casa do Pilar.

Depois de passar pelo vigilante e subir uma escada de pedra, adentrei a sala de recepção, na qual fui recebido pelo olhar de Sueli, funcionária e pesquisadora que, ao lado de Carmem, abriram novos mundos para mim. Mas naquele momento Sueli olhava com certa indiferença, certamente porque eu estava longe de ser o primeiro pesquisador com cara de menino a pisar no chão feito de tábuas. Depois de proferir um pequeno discurso mais ou menos decorado – que de fato poderia ter sido resumido nas afirmações de que vinha de São Paulo, fazia mestrado e pesquisava Minas Colonial –, ela me fez uma pergunta abominável: “Tudo bem, mas que documento você quer consultar?”. Minha ingenuidade ainda nutria a esperança pueril de que Sueli fizesse o que não era sua obrigação, isto é, que me dissesse ela mesmo o que pesquisar. Nunca tive coragem de lhe perguntar se naquele dia ela pensou algo assim: “Meu Deus, outro daqueles perdidos”, mas é possível que sim. De minha parte, arrumei um jeito de dizer com tato que não tinha a mínima ideia do que era um arquivo e que, embora já tivesse aprendido na universidade que documento não era apenas aquilo que a polícia pedia, só conseguia pensá-lo em termos vagos e abstratos. Mas Sueli, experiente e competente, sabia como lidar com situações desse tipo, e, com educação e paciência, alocou-me numa mesa e colocou um catálogo à minha frente.

Catálogo, nome santo. Naquela época não dispúnhamos ainda dos meios digitais que transformariam a produção, o armazenamento e a distribuição de informações. Eram folhas e mais folhas de papel nos quais acervos imensos apareciam divididos tipologicamente, com a classificação e a descrição sintética de cada documento. Quantas vezes, no decorrer de minha trajetória acadêmica, trabalhando em arquivos diversos, sem saber quem os fizera, pensei que se devia criar um paraíso especial para pessoas dispostas a elaborar catálogos manualmente... Os historiadores os

chamamos de “instrumento de pesquisa”, ou seja, a organização fundamental que torna mais eficiente o jogo de tentativa e erro que é consultar fontes. Trabalhei em arquivos pelos quais tais criaturas não haviam passado e aprendi a ser solidário. Certa vez, em Sabará, quando já sabia pedir com clareza e segurança o que queria, a funcionária, muito franca e prestativa, levou-me a uma sala do andar de cima do prédio, cheia de prateleiras com caixas, e me disse: “O que você quer está aí. Se abrir as caixas e separar os documentos por tipos, fique à vontade para pesquisar”. E a luz se fez. Embora essa lembrança seja um claro exemplo das dificuldades encontradas pelas instituições arquivísticas e por quem nelas trabalha, guardo-a com o carinho de quem deixou sua digital no universo. Talvez o leitor pense que se tratasse de um problema vivido por instâncias de menor porte. Absolutamente. Alguns anos mais tarde, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, depois de requerer uma caixa, ouvi a seguinte resposta: “Está indisponível para a consulta, mas, se você se comprometer a descrever o conteúdo de cada um dos documentos dela, eu libero”. E a luz se fez de novo. Eis algo que um historiador pode dizer a um arquivista, e vice-versa: “É, a vida é dura, mas estamos do mesmo lado”.

Porém, as relações nem sempre são as melhores. Certa vez, no Arquivo Público Mineiro, tendo em mãos a cópia datilografada de um instrumento de pesquisa muito bem-feito, no qual constavam os nomes de todas as autoridades que haviam atuado em Minas Gerais no século XVIII, acompanhados de seus respectivos postos e dos períodos de exercício, dirigi-me com entusiasmo até à funcionária e lhe perguntei se poderia tirar um xerox. A reação cautelosa esfriou meus ânimos e passou a sensação de que o clima na instituição podia não ser muito bom. Uma ou duas horas depois, estava diante de uma diretora, tentando inutilmente convencê-la de que a partilha daquela informação era um direito do pesquisador e do cidadão. Ela manteve o que acreditava ser a norma, mas sem saber que poucos anos depois tudo viraria *bits* e *bytes* circulando por computadores conectados à internet. Tanto barulho por nada.

Por outro lado, esse nada pode se tornar pouco menos que tudo. Como o mundo e as instituições não nos presenteiam sempre com pessoas como Sueli e Carmem, os rumos de um pesquisa podem ser alterados em função de certas idiossincrasias. Ainda na época de meu mestrado, quando já me sentia familiarizado com a documentação de caráter cartorário guardada na Casa do Pilar, achei indispensável estender o trabalho a um arquivo correlato de cidade vizinha para poder estabelecer comparações. Em minha primeira tentativa de acessar o acervo, percebi o que me aguardava. Depois de, em pleno horário comercial, esperar por mais de duas horas na porta do arquivo, a funcionária apareceu e perguntou o que eu queria. Entramos na sala de consulta e lhe pedi o mesmo tipo de catálogo que encontrara em Ouro Preto. Meia hora mais tarde, quando, depois de folhear as páginas, estava prestes a pedir o primeiro documento, a funcionária avisou que o arquivo iria fechar.

Na verdade, o que fechou foi o tempo, pois fiquei bem indignado. Pegara um ônibus demorado para chegar lá e não havia conseguido ficar mais do que meia hora. O mesmo engodo aconteceu por uma semana inteira, até que desisti. Diziam-me que só seus preferidos conseguiam o que queriam, mas este definitivamente não era meu caso. Conseguia entender que o arquivo carecia de funcionários e não dispunha da mesma estrutura encontrada em Ouro Preto, mas isso nunca me impediria de trabalhar, mesmo com restrições, em lugares onde havia disposição, respeito e acolhimento. Afinal, o que acontecia de fato era que a funcionária quase nunca ia ao arquivo. Disseram-me anos depois que fora transferida afirmando pomposamente ter dado sua contribuição. É possível que sim, mas eu não vi. O que pude ver foi a defesa de um mestrado onde não havia comparação alguma entre diferentes regiões.

Mas, antes de tentar sistematizar um pouco aquilo que até aqui tem aparecido como narrativa pessoal, voltemos a meu primeiro dia na Casa do Pilar, onde, sentado diante da mesa, folheava o catálogo tentando decifrar o significado de estranhos termos jurídicos. Lá pelas tantas, deparei-me com uma tal “ação de alma”. O nome não era dos melhores porque, embora estar ali, por si só, já fosse uma vitória, continuava achando que arquivos eram repletos de seres infernais prontos a devorar as entranhas de jovens pesquisadores. Quando o pavor ameaçava bater, erguia a cabeça e olhava para o semblante calmo de Sueli. Pouco depois, a paz aumentou quando Carmem, ou melhor, o sorriso de Carmem, entrou no recinto. E eis que, diante, pela primeira vez, da tranquilidade e da alegria juntas, o medo começou a passar, as frases ameaçadoras foram se dissipando em minha cabeça e acreditei que poderia ser historiador. “Gostaria de ver uma ação de alma; pode ser esta aqui”, disse. Faço questão de rememorar esse instante para que o leitor, caso seja um futuro arquivista, saiba de sua capacidade mágica de inventar e desinventar historiadores.

Não vou me alongar com todas essas lembranças. Contudo, considero importante contar algo sobre como esse historiador surgiu. A confiança havia aparecido, mas o pânico paleográfico tinha de ser enfrentado. Diante de mim estavam duas ou três folhas de papel do século XVIII, preenchidas por movimentos de tinta que, na minha opinião, só com boa vontade poderiam ser chamadas de escrita. Foram, literalmente, horas de tentativas de decifrar algum sinal, uma vogal qualquer. Descobri depois que era praxe na época se iniciar quase todo documento público com a fórmula “ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo”. Pois naquele dia não conseguia ver fórmula alguma. Até que, num momento qualquer em que Sueli passava pela minha mesa, perguntei se poderia ler a primeira página comigo. Com paciência, sentou-se ao meu lado e foi lendo uma sequência de linhas. E então comecei a ver vogais, palavras, Jesus Cristo! Ela logo se retirou, mas deixou para trás a senha de entrada. Tirei o dia seguinte para ler somente aquela página, mas tudo foi caminhando com bastante rapidez. Não havia mais fantasmas no arquivo. Nunca,

mas nunca mesmo, vou me esquecer do dia em que, meses e meses mais tarde, Sueli apareceu com a face intrigada porque não conseguia decifrar uma palavra de certo documento. Já havia tentado de todas as formas. Ofereci ajuda e ela aceitou prontamente. Decifrei a palavra e um ciclo se fechou para dar início a outro. Em certo sentido, agora éramos todos arquivistas e historiadores, historiadores e arquivistas; éramos, como somos, todos pesquisadores.

Então – e só então –, depois de ter subido a escada de pedra, ter feito o primeiro contato, pedido um documento, enfrentado sua leitura, é que pude formular a questão que definiria a reflexão desenvolvida tanto no mestrado quanto no doutorado: o que, afinal, era uma ação de alma? Em linhas gerais, tratava-se de um instrumento judicial usado por um credor para obrigar o devedor a pagar a dívida. Se houvesse algum papel escrito que comprovasse o empréstimo, recorria-se a uma ação de crédito. Porém, se não houvesse, o credor peticionava ao juiz e este notificava o devedor para que ele comparecesse em juízo e, com a mão sobre os Evangelhos, jurasse pela sua alma se devia ou não – o juramento definia a causa. Li e reli meu primeiro documento manuscrito achando que não estava entendendo algo, pois nada disso parecia fazer sentido. Foi após algum tempo que consegui formular a questão decisiva: que sociedade é essa em que o juramento pela alma decide o pagamento ou não de dívidas? Com essa pergunta entrei num mundo estranho e desconhecido, sobre o qual Sueli, Carmem e eu conversamos muitas vezes. Eu trabalhava como historiador porque sabia lidar com arquivos; elas trabalhavam em arquivo porque se tornavam cada vez mais historiadoras.

Nunca viria, evidentemente, a ter a competência de ambas, nem mesmo quando, anos mais tarde, dirigi o Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, instituição que há muito tempo se encontra sob guarda da Universidade Federal de Ouro Preto. Aqui, para além dos problemas relacionados à precariedade, que a UFOP procurou sempre encaminhar apesar de suas próprias dificuldades, enfrentei alguns dissabores com os poderes locais, aí incluídas certas advertências que alguns colegas, com ou sem exagero, entenderam serem ameaça de morte. Mas esses são outros quinhentos – ou milhares de quinhentos. O aspecto mais importante desse período foi, de longe, a dedicação dos alunos que trabalhavam comigo no arquivo como bolsistas. Na prática, embora me mantivessem sempre informados e seguissem as orientações definidas em nossas reuniões, eram eles que dirigiam de fato seu cotidiano. Lembro-me de estar sentado em frente ao reitor pedindo mais uma bolsa e de escutá-lo dizer: “Sim, meu caro, você tem razão, já percebi isso claramente; são esses meninos que importam”. Certa vez recebi em casa um telefonema de Juliana, minha bolsista no arquivo: “Marco, houve uma chuva forte, a água entrou por umas telhas quebradas e se aproximou dos documentos; mas conseguimos evitar o pior porque em pouco tempo havia uma galera de estudantes retirando tudo”. Embora haja sempre desafios

a serem enfrentados, hoje o Arquivo da Câmara se encontra em condições melhores, alocado em prédio mais seguro. Seu acervo continua devendo muito à galera.

Assim, como historiador, posso dizer que nosso trabalho depende de inúmeros fatores vinculados à atuação do arquivista. Em condições ideais, é verdade que um mestrando não deveria chegar ao arquivo tão despreparado quanto eu. Hoje é bastante comum que as graduações ofereçam cursos de paleografia e que os docentes, seja em disciplinas ou em reuniões de orientação, façam discussões mais aprofundadas sobre as condições de produção, circulação e consumo das fontes – as quais, como sabemos, podem ser de tipos variados. É comum que durante a iniciação científica o orientador estimule o aluno a visitar o arquivo, físico ou digital, a procurar conhecer os tipos de documentos existentes, a informar-se sobre o que são e o que oferecem, a avaliar sua extensão e a consultar alguns exemplares. Nos processos de seleção de mestrado e doutorado, a banca costuma avaliar se o candidato tem ou não certo conhecimento prévio das fontes. É verdade que, no decorrer de uma pesquisa, tudo pode mudar, desde a seleção dos documentos a serem trabalhados até o próprio objeto de estudo. De toda forma, a profissionalização do campo historiográfico, com seus aspectos positivos e negativos, passou a demandar dos alunos uma formação melhor em termos metodológicos.

No entanto, algumas questões antigas permanecem. Uma delas consiste na necessidade de fornecer aos arquivos condições materiais adequadas, além de funcionários em quantidade suficiente e com boa formação. Esta última não se encerra na graduação ou na pós-graduação, pois o arquivista tem de conhecer o acervo com que trabalha, sendo não apenas capaz de organizá-lo e de facilitar a consulta por meio da confecção de instrumentos de pesquisa, como também dedicado na tarefa de conhecer a historicidade das fontes sob sua guarda. Em boa medida, isso se dá através da convivência com os historiadores e do conhecimento de parte da produção historiográfica. Para os estudiosos de História – pelo menos para aqueles que não têm o rei na barriga – o melhor arquivista é aquele que se torna um colega de ofício apto a abrir portas e a ensinar. Afinal, a organização de acervos não consiste meramente num conjunto de operações técnicas, e muito menos em atividades neutras, já que ela depende do conhecimento que se tem sobre a história e a trajetória do material organizado. Ademais, pensando ainda em condições ideais, o respeito profissional ao direito à informação torna a pesquisa ainda mais rica e promissora quando acompanhado de certa empatia e valorização da diversidade, pois o arquivo é um lugar para onde se dirigem pessoas diferentes, com objetivos diferentes. É, por isso mesmo, o lugar onde o historiador acadêmico se encontra com o genealogista ou ainda com o interessado no passado da cidade ou da família. Deve ser pensado, portanto, como espaço de socialização, ainda que alguns não queiram se socializar ou que o universo virtual, apesar de toda a ideologia da conexão, dificulte a interação efetiva.

Mas essas seriam condições ideais. Num certo sentido, a maneira como as instituições ligadas à transmissão de informação têm sido tratadas fala bastante da realidade brasileira, dentre outras razões porque, via de regra, ocupam uma posição periférica. Para circunscrevermos um período histórico mais preciso, vale lembrar que a fase à qual remetem as memórias descritas acima abarcou a chamada Nova República, isto é, os anos que vão do fim da ditadura militar, em 1985, ao golpe de 2016. Trata-se de três décadas em que o regime democrático, sempre atravessado paradoxalmente por orientações oligárquicas, fazia-se sentir em determinados lugares e relações, mas não em outros. Por exemplo, embora certa sensação de segurança pudesse ser experimentada em bairros de classe média, nas áreas pobres da periferia a polícia e a milícia punham em marcha um estado de exceção. A Nova República desenvolveu-se também num quadro de expansão do neoliberalismo, o qual, conquanto seja sentido em sua forma supostamente doce no produtivismo acadêmico, apresenta-se com sua face mais sombria na sucessão de medidas voltadas à precarização do trabalho e à destruição da Previdência. Não parece haver mais dúvida de que um dos motivos dos lamentáveis acontecimentos iniciados com a derrubada da presidente em 2016 era o de concluir sem choro nem vela esse longo trabalho sujo. Desde então, tal continuidade foi atravessada por uma ruptura expressa na assustadora ascensão do fascismo no Brasil.

Formulemos uma hipótese, ainda que simplista frente à complexidade histórica. Grupos oligárquicos e de direita pediam intervenção militar na década de 1960 porque temiam que, com um possível avanço das reformas de base propostas pelo presidente João Goulart, o Brasil deixasse gradualmente de ser uma democracia oligárquica para tornar-se uma democracia, digamos, mais democrática, na qual os pobres e a esquerda pudessem participar do jogo de maneira mais consistente. O golpe militar se deu com o apoio de grupos civis, mas o restabelecimento de uma democracia oligárquica e exclusivamente de direita foi suplantado pela imposição da ditadura militar. O fim desta, negociado com os próprios grupos oligárquicos, criou os mecanismos de proteção a ditadores e torturadores, impedindo que o chamado Estado de Direito alcançasse as periferias – fossem elas as regiões pobres marcadas pela violência policial, fossem, salvaguardadas as devidas proporções, as instituições arquivísticas carentes de recursos e funcionários. Havia, porém, na cabeça dos lunáticos detentores de um capital cada vez mais concentrado, uma ameaça a ser extirpada, isto é, a existência de um partido de esquerda com certo peso na sociedade. Esse partido chegaria ao poder e, a despeito de ter feito muito quando tirou o país do mapa da fome, não abalou a hegemonia oligárquica e as políticas de concentração do capital, as quais, a essa altura, já incorporava do agronegócio à grande mídia. Continuava, enfim, a avançar a poesia neoliberal: os bancos, que amavam o agro, que amava a *Veja*, que amava o Villa, que... amava os bancos. Porém, assim como em 1964, a oligarquia, dessa vez temerosa com

a quarta eleição sucessiva do tal partido de esquerda e cansada de fazer o jogo sujo gradualmente, decide promover outro golpe.

O caminho era parcialmente conhecido, com a direita abraçando cinicamente a bandeira lacerdista do combate à corrupção. Mas um novo protagonista, em parte advindo dos porões da ditadura, vinha traçando seu próprio caminho com base na mobilização afetiva de pessoas de nosso cotidiano ou mesmo de nós mesmos. Com um guru a tiracolo, antigas concepções renovadas, estratégias de atuação violenta, o apoio de falsos pastores, a utilização do discurso religioso como falação meritocrática e justificativa para o crime, o amparo de militares pulhas e venais, a proliferação de grupos nas redes sociais, a conivência da velha imprensa oligárquica e a adoção de formas de propagação de *fake news* aprendidas junto à extrema-direita norte-americana, o fascismo reapareceu com força na história brasileira, tomou as ruas e encontrou um candidato para chamar de seu. Quando o golpe foi dado em 2016, tudo parecia ir de vento em popa: a Petrobrás, tida como o alvo da corrupção a ser protegido pelos supostos patriotas, foi abocanhada pelo capital financeiro e, para a alegria de seus novos acionistas e da inflação, viu o preço da gasolina ser atrelado ao dólar; a esquerda encontrava-se desmoralizada e acuada; a precarização das relações trabalhistas e a destruição da Previdência Social (o trabalho sujo) avançavam a passos largos; e eis que as eleições próximas, previstas para 2018, deviam levar um representante da oligarquia de volta ao poder. Ouve-se uma voz dizer: “Fascistas, obrigado pela ajuda, mas agora é hora de vocês se retirarem”. Não foi, contudo, o que ocorreu.

Não é preciso se alongar nessa história. Basta mencionar que hoje, com as marcas doídas de uma longa pandemia, a direita parece ter conseguido conter por ora os arroubos do fascismo (ou de um pai preocupado com a prisão de seus filhos) e recuperar uma hegemonia mais segura – ainda que fascistas não morram; recuam para tentar voltar mais fortes. Mas, vá lá, com a aparente recolocação do golpe de 2016 nos trilhos, começou-se a falar de terceira via, pois, ao fim e ao cabo, o objetivo era tirar de novo a esquerda do jogo para se poder brincar de democracia sem democracia. Nesse período em que os tratores não têm deixado pedra sobre pedra, em que a terra arrasada fez a distopia parecer tão natural, como pensar o arquivo e a relação entre arquivistas e historiadores?

Antes de tudo, é necessário se perguntar se resistiremos e o que restará. Não se trata de saber se teremos sobrevivido após o fascismo, pois o fascismo permanecerá – se não incrustado no Estado, no mínimo como articulação mais ou menos terrorista atuante nas Forças Armadas, nas polícias, nas milícias, em patifes de todos os tipos. Antes pudéssemos dizer que não passarão, pois o fato é que já passaram. Não se trata também de sobreviver à oligarquia neoliberal, porquanto lá estará ela, seja qual for o vencedor em 2022, sempre disposta a rapinar mais e mais com o apoio do discurso unísono de *Folha*, *Estado*, *Globo*, *Band* e outros que tais – esses veículos

da democracia quando o inimigo é a extrema-direita e do ódio à mesma democracia quando é a esquerda. É necessário, enfim, saber se teremos força para suportar o trabalho extenuante de manter em pé instituições públicas cada vez mais descaracterizadas. Também é preciso se perguntar se, em condições adversas, poderemos cumprir o compromisso com a verdade ao qual são chamados arquivistas e historiadores.

Sabemos, porque levamos muito a sério os fundamentos epistemológicos de nosso conhecimento, que a verdade não é uma essência absoluta. Contudo, sabemos também que as versões sobre fenômenos sociais e históricos não são simplesmente equiparáveis, pois todas têm de enfrentar as dúvidas advindas do choque com informações e documentos, da análise do contexto no qual são produzidas e transmitidas, das estratégias de poder em que se inserem. Não há verdade absoluta, mas, diante da afirmação ignominiosa de que os nazistas não massacraram judeus em campos de concentração, peço os documentos não como o policial o faz, mas como o fiz ao dirigir-me à Casa do Pilar. Os que confundem o trabalho árduo e sério da construção e desconstrução dos saberes com a falta de compromisso com a verdade estão, infelizmente, batendo palma para fascista dançar.

Este talvez seja o maior desafio: o de impedir que a estratégia desprezível de um *Brasil Paralelo* continue com sucesso sua tarefa de transformar no lodaçal das *fake news* o trabalho criterioso feito com informação e reflexão. Se bem que a formulação de mentiras bem contadas seja um exercício que demande algum tempo e esforço, não é comparável com aquilo que é feito por arquivistas e historiadores preocupados com o rigor da informação e da interpretação. Esse mesmo desafio tem sido cotidianamente enfrentado, no campo do jornalismo, por instituições sérias como *The Intercept Brasil* ou a *Agência Pública*: manter em pé a investigação consequente e autônoma, ampliar sua voz e combater as mais toscas falsidades, venham de movimentos fascistas ou da agro-mídia. E o fazem convivendo com gente inescrupulosa, que ganha seu rico dinheirinho para convencer o público de que liberdade de empresa – isto é, a atuação sem limites do capital no controle da informação veiculada – é sinônimo de liberdade de imprensa. Não é e nunca será, pois esta consiste no trabalho cuidadoso e independente que se recusa a submeter a investigação ao dinheiro e ao poder. Temos, arquivistas e historiadores, como enfrentar essa mesma batalha em meio a condições tão precárias e avessas?

Quando jovem, à porta da Casa do Pilar, tinha medo de um grande fantasma: o de não saber enfrentar os sinais legados pelo passado, de não conseguir entender seus garranchos, suas armadilhas, as trilhas e os abismos que me separavam do mundo do lado de lá. Tinha receio de não conseguir pôr os pés no chão. Três décadas mais tarde, peço que não me falte a tranquilidade e a alegria para continuar dizendo que o mundo está aí e que somos responsáveis por ele.